

• 200 Anos de Revolução Francesa

Aços relaminados de baixo carbono. Centro de Ser...

Fracassa tentativa de discutir dívida externa entre países ricos e pobres

por Ottoni Fernandes Jr.
de Paris

A proposta de realização de uma conferência, entre países ricos e pobres, para discutir dívida externa e desenvolvimento não prosperou na reunião de cúpula dos sete países industrializados, realizada em Paris, neste fim de semana.

O anfitrião, o presidente francês, François Mitterrand, apoiava a iniciativa. Aproveitando a oportunidade da comemoração do bicentenário da Revolução Francesa, tendo como mote a defesa dos direitos humanos, o presidente francês recebeu, na quinta-feira, os chefes de Estado da Venezuela, Senegal, Egito e Índia, representando países pobres e em desenvolvimento. Solicitaram que Mitterrand fosse porta-voz, junto aos líderes dos países industrializados, da proposta para a convocação desta conferência Norte-Sul.

Mitterrand apoiou a iniciativa. Na sexta-feira, em entrevista à televisão Antena 2, afirmou que os chefes de Estado que o procuraram "sabem das dificuldades e reticências de outros países industriais, mas

também conhecem a boa vontade e o engajamento da França nesta causa. Por isso se dirigiram a mim". Mitterrand disse também ser "escandaloso" o fato de os países pobres estarem remetendo para os ricos mais recursos do que recebem.

A iniciativa foi bombardada, imediatamente, pelos Estados Unidos. O secretário de Estado, James Baker, descartou a hipótese. O chefe da assessoria do presidente George Bush, John Sununu, afirmou que agora é o momento de discutir as relações Leste-Oeste — o que "seria melhor do que complicar na direção Norte-Sul".

Nada mais claro. A questão em jogo não era geográfica, mas sim de interesses geopolíticos. Os países desenvolvidos, em especial aos Estados Unidos, o fundamental é melhorar as relações com os países do Leste europeu, particularmente com a Polônia e Hungria.

Não foi por outra razão que Bush visitou estes dois países, antes de chegar a Paris, na quinta-feira.

A cúpula de Paris serviu para reafirmar a supremacia do econômico sobre o



François Mitterrand

político na questão da dívida externa dos países em desenvolvimento. A posição dos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha Ocidental continuou sendo contra qualquer tipo de politização e tratamento generalizado para os países endividados.

"O Plano Brady definiu uma estratégia geral, mas cada acordo para reescalonamento ou redução da dívida deve ser 'modelado' especificamente e nenhum dos detalhes deve ser considerado como um 'precedente' para os demais", assegurou Sununu.

A questão foi levantada, durante entrevista à imprensa, a partir da renegociação mexicana. No figurino do Plano Brady, o governo americano tinha intenção de anunciar um acordo com os bancos privados antes de acabar a cúpula. Na sexta-feira, Sununu já avisava que foi um erro imaginar que domingo seria a data para o acordo (ver matéria na página 2).

O fato é que os bancos americanos cobram uma participação, em dinheiro, do governo do país, mas Bush prometeu que não oneraria o Tesouro nem os contribuintes.

Em todo caso, Sununu assegurou que esse empréstimo-ponte não deveria ser considerado um precedente.

A outra prioridade americana, no reescalonamento da dívida, é a Polônia, cujo débito externo atinge US\$ 40 bilhões. O objetivo, disse o secretário do Tesouro americano, Nicholas Brady, à imprensa, sexta-feira, em Paris, "é ajudar os países do Leste — como a Polônia e Hungria — a sair de suas economias estatizadas".

A posição americana, em última instância, era a de cobrar de países desenvolvidos com grandes superávits comerciais maior participação no financiamento da redução da dívida externa do mundo em desenvolvimento.

Assim, o Japão anunciou, na sexta-feira, um pacote de US\$ 38 bilhões para esta finalidade e conservação ambiental. Além dos US\$ 30 bilhões já comprometidos, outro tanto será oferecido nos próximos três anos.

De imediato, o México merecerá US\$ 2 bilhões do Japão, em programas conjuntos com o FMI e o Banco Mundial. Programas de conservação ambiental merecerão outros US\$ 2,25 bilhões, nos próximos três anos.

A questão ambiental estava na prioridade da agenda de cúpula dos sete países industrializados, mas a possibilidade de criação de uma agência ambiental para proteção internacional estava descartada de antemão, devido à resistência britânica e norte-americana.

Mas, a agenda dessas reuniões de cúpula passa a ser capaz de abrigar temas políticos, como as relações com o mundo socialista, ambientais ou de drogas e terrorismo, na medida em que as tensões entre os países industrializados, na área estritamente econômica, diminuem, especialmente quando diminui o temor de uma crise monetária e cambial e com o perigo de uma inflação em alta.

Nesse sentido, a recente queda do dólar nos mercados internacionais, voltando ao nível de abril último, facilitou as conversações. Também ajudou o anúncio, na quinta-feira, de um esfriamento da economia americana e de queda dos preços.

As vendas no varejo, em junho, diminuíram 0,4%, seguindo-se a uma outra queda de 0,1% em maio, informou o Departamento de Comércio. De outro lado, os preços no atacado nos Estados Unidos caíram 0,1% em junho, após uma alta de 0,9% em maio.

Isso ajudou a diminuir as tensões inflacionárias e abre caminho para uma queda dos juros nos Estados Unidos. Assim, sobra espaço para uma queda do dólar. Diminui, portanto, o temor alemão e japonês de importação da inflação americana.

De outro lado, além das declarações típicas de uma reunião de cúpula dos países industrializados a favor do livre comércio e do fim do protecionismo, houve um fato concreto, diminuindo o contencioso Estados Unidos — Japão.

Na sexta-feira, o presidente Bush e o primeiro-ministro japonês, Sousuke Uno, reuniram-se e decidiram montar um grupo de trabalho bilateral, com o objetivo de identificar e resolver os problemas em ambos os países que impeçam o ajuste da balança comercial e de pagamentos entre eles.

Os membros dessa agência devem apresentar um relatório comum aos chefes de governo no prazo de um ano. Ficou definido que este acordo está fora do artigo 301 da lei de comércio exterior americana, que prevê retaliações ao Japão, mas fica mais fácil evitar este contencioso.

Enfim, se a questão das relações econômicas Norte-Sul não triunfou nessa cúpula, com a reafirmação do esforço caso-a-caso e a preferência aos países geopoliticamente mais importantes, poderá resurgir proximamente. Até, porque, a França assumiu, no ano do bicentenário de sua revolução, um compromisso formal neste sentido.